



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

RECURSO ADMINISTRATIVO

SÚMULA TJ Nº 64

É LEGÍTIMA A EXIGÊNCIA DO DEPÓSITO COMO REQUISITO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

REFERÊNCIA: SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE (ART. 122 DO RITJ) Nº 04/2001 - PROC. [2001.146.00004](#). JULGAMENTO EM 05/05/2003- VOTAÇÃO UNÂNIME. RELATORA: DESA. MARIANNA GONÇALVES. REGISTRO DO ACÓRDÃO EM 15/09/2003 - FLS. 5.013/5.020. REQUERENTE: CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES (CEDES).

SÚMULA STJ Nº 373

É ILEGÍTIMA A EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO PRÉVIO PARA ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STF Nº 429

A EXISTÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO NÃO IMPEDE O USO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA OMISSÃO DA AUTORIDADE.

(VIDE: MANDADO DE SEGURANÇA)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STF Nº 552

COM A REGULAMENTAÇÃO DO ART. 15 DA LEI 5316/1967, PELO DECRETO 71037/1972, TORNOU-SE EXEQÜÍVEL A EXIGÊNCIA DA EXAUSTÃO DA VIA ADMINISTRATIVA ANTES DO INÍCIO DA AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA VINCULANTE STF Nº 21

É INCONSTITUCIONAL A EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO OU ARROLAMENTO PRÉVIOS DE DINHEIRO OU BENS PARA ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

(VER: DEPÓSITO PRÉVIO)

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

